

PFL tenta garantir atual Constituição



Na grande confusão em torno do regimento da Constituinte, Ulysses examina as emendas

As esquerdas caem na arapuca

FLAMARION MOSSRI

As bancadas das esquerdas na Assembleia Constituinte atiraram no que viram, mas acertaram no que só viram o PFL, o PDS, o PTB e o PDC — a soberania da Constituinte. Os partidos ideológicos e as esquerdas do PMDB queriam mudar o projeto de regimento interno para abrandar as exigências de quórum em vários processos de elaboração da nova Carta. Politicamente, o PFL apoiou essa cruzada, exigindo reabertura de prazo para apresentação de novas emendas, ameaçando não votar o regimento interno.

Os partidos ideológicos e as esquerdas do PMDB acreditavam que os partidos de centro e os moderados do PMDB estavam na mesma posição — por um regimento interno mais democrático, capaz de permitir a participação ativa das minorias na elaboração da nova Carta. Doce ilusão. O PDS, o PFL e o PTB entraram nessa luta, sob o pretexto de abrandar novas emendas e garantir à Constituinte atuar livre e soberanamente na elaboração da nova Carta, e não para modificar a Constituição vigente.

Quando as esquerdas do PMDB acordaram já era tarde. O PT, o PDT, o PSB e o PCB alertaram o PMDB: se dado novo prazo para apresentação de emendas, o PFL, o PDS, o PTB e o PDC não tentariam reduzir o quórum das várias fases do processo de elaboração da nova Constituição, mas sim lutar unidos para derrubar a tese da soberania da Constituinte.

O líder da maioria é o líder do PFL, José Lourenço, comentou, meio irritado, o líder do PCB, Roberto Freire, com a concordância do líder do PDT, Brandão Monteiro. Eles não estão longe da verdade. Em alguns episódios recentes, o PMDB teve de mudar de posição diante da reação de Lourenço. Foi assim na questão de permitir ou não a participação dos senadores eleitos em 1982 na Constituinte. Aconteceu a mesma coisa na reabertura de prazo para apresentar emendas ao substitutivo do relator ao regimento interno da Constituinte.

A reação, nos dois casos, foi da liderança do PFL. Domingo pela manhã, na reunião dos senadores e deputados-constituintes do PFL, foi unânime a condenação ao substitutivo Fernando Henrique Cardoso: "Castrador", disse Eunice Michills (AM); "Simplesmente desastroso", afirmou Ricardo Fiuza (PE); "Antidemocrático", declarou Mário Assad (MA); "Casufístico", observou José Thomaz Nono (AL).

O segundo partido da Aliança Democrática decidiu, por unanimidade, não participar da votação e discussão do regimento interno da Constituinte, se Ulysses Guimarães não reabrisse prazo para apresentar novas emendas. Em nome do partido o vice-líder José Thomaz Nono fez o pedido, formalmente, na sessão plenária, domingo à tarde.

O PMDB e as esquerdas foram surpreendidos. Muito mais Ulysses Guimarães e os líderes do PMDB e do governo. Foi um corre-corre. O presidente da Constituinte reuniu-se com os líderes do seu partido. A maioria não queria ceder ao ultimato do PFL. Experiente, Ulysses pediu que a liderança consultasse os coordenadores das bancadas regionais.

Aí o quadro mudou. A maioria aceitou novo prazo, inclusive os chamados "pró-soberania" da Constituinte, surpreendendo os partidos ideológicos. Fernando Henrique, Carlos Sant'Anna, Luís Henrique,

hesitantes no início, também cederam. Houve preocupação de não romper a Aliança Democrática nesta hora de crise econômica.

Por volta das 20 horas, meio agitado, mas entusiasmado, como se fosse anunciar o maior "furo" do ano, Maurílio Ferreira Lima disse a Carlos Sant'Anna na entrada do plenário: "O prazo vai ser reaberto. O líder fará a comunicação agora". Carlos Sant'Anna, perplexo, observou: "Ele não pode, nem deve fazer isso. É da competência do dr. Ulysses". Maurílio percebeu e corrigiu suas próprias palavras: "O Luís Henrique vai anunciar a nossa posição, a favor de novo prazo às emendas ao regimento".

Cioso, Fernando Henrique Cardoso mostrou ao presidente do PMDB e da Constituinte que deveria ser iniciativa sua, com relator, solicitar à Mesa a reabertura do prazo. Ulysses concordou e assim foi feito. Os líderes do PMDB, do PFL, do PDS, do PTB, do PDC concordaram. O PC do B ficou em silêncio.

Ulysses decidiu reabrir o prazo, o PDT não se conformou, recorreu ao plenário e, após a cansativa chamada nominal, a decisão do presidente foi confirmada por 316 a 41.

O PFL, o PDS, o PTB, o PDC, principalmente, com discreto apoio dos moderados do PMDB, pretendem, na realidade, alterar poucos pontos do trabalho do relator. O principal deles, na opinião de Roberto Freire, é o que se define "projetos de decisão" no capítulo das proposições. "Os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembleia Constituinte, não compreendida nas demais proposições" diz o projeto.

Por essa proposição o grupo "Pró-Soberania", que fez o acordo nesse sentido com o líder do governo, Carlos Sant'Anna, quer abrir cami-



Passarinho, Delfim e Lourenço armam a arapuca...



...e os grupos de esquerda caem nela com facilidade

Maciel não recomenda pressa

Ao contrário do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, que quer escrever a nova Constituição em seis meses, o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, defende um prazo mais dilatado, podendo mesmo chegar a mais de um ano, como ocorreu na Constituinte de 1934, para que daí resulte um documento "mais bem elaborado".

Como exemplo de "documento maduro" o ministro Maciel citou o regimento interno da Constituinte, que na sua opinião se desenvolve "muito bem", apesar de terem surgido algumas dificuldades. "É importante lembrar que o regimento é uma peça decisiva que vai servir de base na elaboração da nova Constituição. Não podemos, a pretexto da pressa, fazer um regimento que não sirva aos objetivos do País. Por isso acho que ele deva ser mais discutido."

Marco Maciel não quis, entretanto, opinar sobre a posição dos "xilitas" do PMDB, com apoio de partidos menores, de incluir no regimento a soberania efetiva da Assembleia Nacional Constituinte. Contra esta tese está o PFL, partido do ministro, mas ele considera o assunto "de âmbito interno" da Assembleia, e não se manifesta para evitar "intrusões".

O ministro promoveu ontem uma tarde de autógrafos no comitê de imprensa do Palácio do Planalto para lançar o livro "Educação e Liberalismo", sobre sua experiência como ministro da Educação.

PROIBIÇÃO DA FONTE Apesar de o ministro Marco Maciel ter desmentido a existência de uma orientação do seu gabinete para que nenhum integrante do governo dê informações em off — extras-oficiais — sobre assuntos de sua res-

pectiva área, a ordem foi expedida a todos os ministérios, que a repassarão aos órgãos subordinados. A nova orientação do Palácio do Planalto chegou aos ministérios, autarquias e órgãos públicos através de uma circular, explicando que nenhuma informação sobre programas, planos e estratégias de governo poderá mais ser divulgada sem prévia audiência da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Os ministros transmitiram a orientação aos seus auxiliares e subordinados também através de circular. A orientação não está sendo levada muito a sério pelos funcionários mais graduados e pelo menos um ocupante de importante cargo do segundo escalão assegurou que não se submeterá "a essa ordem do silêncio".

alterando, sem necessidade, a atual Constituição — no caso de rejeição da proposta pela Comissão de Sistematização, na qual previsivelmente, a maioria será da Aliança Democrática.

O PT, através do deputado José Genofino (SP), alterou completamente a intenção do relator, reduzindo o número mínimo necessário para apoiar o projeto de decisão de um terço (187 constituintes) para apenas 35 constituintes, dando um prazo de apenas cinco dias para deliberação pela Comissão de Sistematização e colocando o recurso para o plenário da decisão da comissão.

Fernando Henrique Cardoso disse que, diante de tantas emendas ao seu parecer, se for mais fácil apresentará um novo substitutivo, mas aproveitando a estrutura do parecer anterior, entregue no sábado aos constituintes. Se houver acordo dos líderes ele poderá apresentar um parecer apenas sobre as emendas. É intenção dele, também, colocar o substitutivo, com as suas últimas alterações, para voto hoje à noite, embora a Mesa da Constituinte já tenha informado que deverá ser convocada para amanhã, a partir das 9 horas, uma sessão extraordinária com esse objetivo.

O relator das novas emendas, que está dedicando todo o seu tempo, há quatro semanas, para tratar apenas de medidas regimentais (na primeira semana foram as normas provisórias, em vigor), defendeu a Comissão de Sistematização, por ele criada, afirmando que ela "não é uma supercomissão, como está sendo vista: o objetivo dela é harmonizar os projetos recebidos". Sobre a possibilidade de esta comissão tratar, no capítulo das disposições transitórias, sobre a duração do mandato do presidente, o senador Fernando Henrique Cardoso comentou: "Va-

— assinalou — a palavra homem já não significasse o gênero humano. Pior, segundo ele, é o Preâmbulo aposto ao projeto. "O PDS" — disse — "não admite que o regimento se constitua numa oportunidade para comício eleitoral. O preâmbulo é uma vergonha para o Congresso. Quer-se rememorar o passado. Acho que o PMDB, quando pensar em rememorar o passado, deve lembrar-se de que, daquele PDS ligado aos governos militares, a maioria absoluta hoje está dentro do PMDB. As pessoas mais importantes naqueles governos, tratadas pelo Preâmbulo, estão, muitas, na cúpula do PMDB."

O deputado considerou também "demagógico" o dispositivo que permite a apresentação de emendas subscritas por 30 mil pessoas. "Isso — disse — é de um ridículo e de um poder demagógico fantástico. Quem vai conferir as assinaturas? Vamos ter aqui, na Mesa, um cartório de reconhecimento de firmas?" Para ele, isso é coisa dos "xilitas", com o

objetivo "de fazer agitação, de transformar esses 30 mil em elementos de pressão sobre o Congresso constituinte".

A verdade, segundo ele, precisa ser dita. "A maioria desta Casa sente-se acovardada. Mas é aquela luta da esquerda, que banca o 'piolho de tubarão' e parasita do capitalismo. Vive e lucra com o capitalismo e quer fazer barretada às custas dos capitalistas. Temos de dizer ao povo que isso é uma demagogia vergonhosa."

Concluindo, o líder do PDS disse querer o Congresso funcionando, para ele não ter de usar a tribuna da Constituinte "para fazer crítica à vergonha que nos governa". "Por exemplo — assinalou — quem pode garantir que as medidas tomadas com a chamada moratória, que é

uma falência, não vão repercutir no custo de vida e na disponibilidade de bens deste País? Quem pode garantir que dentro de quatro meses não estaremos com a gasolina e os combustíveis racionados? O sr. Funaro? Não tem moral para garantir nada."

plantas e transplantes de sexo não podem ser ignorados pelos constituintes, que devem se preocupar em fazer uma Constituição moderna, "que olhe para o futuro". Esquecer hoje os homossexuais, na sua opinião, pode representar "um problema para amanhã". Rui Nedel lembrou que a Medicina já reconhece os chamados hermafroditas e que a sociedade tem que se preocupar com "os problemas daqueles que fizeram uma opção pela vida diferente da nossa". Ele ressaltou que a sua proposta de emenda não foi sugerida por nenhuma associação ou grupo gay, nem atende a nenhuma promessa de campanha.

"Não tem nenhum objetivo eleitoral, mas apenas o compromisso que assumi com as minorias desse País, que não podem ser esmagadas pela maioria", explicou Rui Nedel, dizendo que a questão indígena também faz parte da sua plataforma parlamentar.

O constituinte gaúcho alegou que mais pessoas no recinto poderiam até mesmo dificultar a locomoção. Além disso, ele acha que ex-parlamentares poderiam defender "boas e más causas", atuando como lobistas. Bogo citou a presença no plenário, na semana passada, do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que, a seu ver, "não deveria ser permitida".

Depois de elaborado o projeto da Nova Constituição, a comissão especial preparará as "Disposições Transitórias e Finais", para ser votada juntamente com o texto final da nova Carta.

Um dos principais fatos das monótonas sessões de ontem foi um discurso do deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), queixando-se de que ali dentro, no plenário, todos estão participando "de um teatro de sombras", porque a realidade "está lá fora". É lá, segundo ele, "nos encontros de convencionais", que são tomadas as decisões. "Aqui — acrescentou — somos postos em sessões contínuas, onde se discute desde o suco de caju até as verdades mais transcendentes", mas as decisões vêm de fora, são os líderes que decidem.

"Uniram-se — disse Virgildásio — de um lado, a esquerda frenética, desavoreada, sem propósito e sem princípios; de outro, a direita retrógrada, para, num conluio contra a Constituinte, tentar nos empurrar, goela abaixo, essa figura estranha à elaboração de uma Constituinte, que é a figura do líder."

Emenda veta ministros em plenário

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Os ex-parlamentares poderão ser proibidos de frequentar o plenário da Assembleia Constituinte e, no caso, a medida atingiria também os ministros Paulo Brossard, Aloisio Alves, Raphael de Almeida Magalhães, Aureliano Chaves, Antonio Carlos Magalhães e Renato Archer.

A proposta é do deputado-constituinte Vicente Bogo (PMDB-RS), que apresentou emenda ao regimento interno, suprimindo do art. 44 a expressão "ex-parlamentares", dentre as pessoas que podem ser admitidas no recinto das sessões — membros da Assembleia, funcionários em serviço no plenário e jornalistas credenciados.

O constituinte gaúcho alegou que mais pessoas no recinto poderiam até mesmo dificultar a locomoção. Além disso, ele acha que ex-parlamentares poderiam defender "boas e más causas", atuando como lobistas. Bogo citou a presença no plenário, na semana passada, do ministro da Justiça, Paulo Brossard, que, a seu ver, "não deveria ser permitida".

Deputado diz que decisões vêm de fora

A Assembleia Nacional Constituinte realizou sessões extraordinárias durante o final de semana e ontem também — de manhã e à tarde — mas não pôde avançar muito, como pretendia, na discussão e votação de seu regimento interno.

Um dos principais fatos das monótonas sessões de ontem foi um discurso do deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), queixando-se de que ali dentro, no plenário, todos estão participando "de um teatro de sombras", porque a realidade "está lá fora". É lá, segundo ele, "nos encontros de convencionais", que são tomadas as decisões. "Aqui — acrescentou — somos postos em sessões contínuas, onde se discute desde o suco de caju até as verdades mais transcendentes", mas as decisões vêm de fora, são os líderes que decidem.

"Uniram-se — disse Virgildásio — de um lado, a esquerda frenética, desavoreada, sem propósito e sem princípios; de outro, a direita retrógrada, para, num conluio contra a Constituinte, tentar nos empurrar, goela abaixo, essa figura estranha à elaboração de uma Constituinte, que é a figura do líder."

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A possibilidade aberta pelo regimento interno da Constituinte para alterar a atual Constituição foi a principal controvérsia do texto substitutivo de Fernando Henrique Cardoso, que das 21 horas de domingo às 26 horas de ontem recebeu mais de 500 emendas. O PFL desde domingo está descontente com o parecer de Fernando Henrique, acusando-o de aliar-se ao grupo "xilita" e de ter feito muitas inovações com relação às 949 emendas apresentadas na semana anterior. Os liberais resolveram então apresentar duas emendas com objetivo diferente: numa, propõe a revogação pura e simples do artigo 59 do projeto de regimento, que cria a figura do projeto de decisão — e portanto a possibilidade de a Constituinte alterar a atual Constituição, desde que ameaçada —, enquanto noutra dispõem sobre limitações para a apresentação desse tipo de projeto.

Assim, de acordo com o desejo do PFL, os projetos de decisão devem destinar-se "a salvaguardar a Assembleia Nacional Constituinte, face à superveniência de fato novo, concreto, notório e de natureza grave que impeça seu funcionamento". Já o deputado peemedebista Roberto Cardoso Alves (SP) pretende a supressão da inovação proposta por Fernando Henrique.

Como está no substitutivo, o projeto de decisão visa proteger a soberania da Constituinte de medidas contidas na atual Constituição, como a decretação das medidas e estado de emergência e o estado de sítio no período de reunião da Assembleia. O substitutivo exigia dois terços e previa o arquivamento — para impedir apresentação de emendas

Amaral Neto condena substitutivo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

"O governo quer acertar na Loto duas vezes por ano. Primeiro, jogando tudo, e perdendo, no Plano Cruzado; e agora na moratória, que na verdade é uma falência." A opinião é do deputado Amaral Neto, líder do PDS, que ontem, em discurso no plenário da Constituinte, criticou o substitutivo ao projeto de regimento interno apresentado pelo relator Fernando Henrique Cardoso. Amaral classificou alguns pontos do trabalho de "ridículos" e outros de "demagógicos" e reafirmou sua disposição de usar da tribuna do Congresso sempre que julgar necessário atacar medidas do governo.

Amaral Neto disse que, com todo respeito que tem pelo senador Fernando Henrique Cardoso, não podia deixar de apontar algumas coisas "ridículas" do substitutivo, como é o caso do capítulo que trata dos direitos do Homem e da Mulher, como se

Gaúcho quer garantir os direitos do "sexo neutro"

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A nova Constituição terá capítulo dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, ou dos Direitos e Garantias Individuais? O deputado-constituinte Rui Nedel, do PMDB gaúcho, da região das Missões, onde impera o machismo, apresentou uma outra opção: "Direitos e Garantias da Pessoa Humana".

Explicou que a nova Constituição deve proporcionar garantias também às pessoas do terceiro sexo, ou de sexo indefinido. Rui Nedel, ao apresentar sua emenda ao regimento interno, afirmou que direitos e garantias da pessoa humana é o mais apropriado para definir o capítulo. "Apropriado e mais abrangente, pois evitará choques e confusões quanto aos direitos e garantias de um possível sexo neutro."

Ele salientou, ainda, que os avanços da Medicina na área dos im-

Relator tenta evitar conflitos

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização, criada pelo relator do regimento interno da Constituinte, para elaborar o preâmbulo, as normas gerais e as disposições transitórias e finais da nova Constituição, deverá ter suas atribuições alteradas, a fim de evitar novos conflitos entre os vários partidos.

O relator Fernando Henrique Cardoso admitiu, ontem, propor no regimento interno uma nova comissão — a de disposições transitórias e finais — definindo outras competências à Comissão de Sistematização. Acha o senador paulista que as dis-